



MINERAÇÃO

BURITIRAMA

A VIRADA DE JOÃO ARAÚJO:

de R\$ 80 milhões a R\$ 1,5 bi

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Prefeito Otacilinho transforma liderança local em força eleitoral



Otacilinho
PREFEITO DE CMD
(PSB)



Betinho Pinto Coelho
DEPUTADO ESTADUAL
(UNIÃO BRASIL)



Pinheirinho
DEPUTADO FEDERAL
(REPUBLICANOS)



Marília Campos
SENADORA
(PT)



Luciana Duca Costa
SUPLENTE DE SENADORA
(PSB)



CFEM rende R\$ 5,92 bilhões aos municípios em 2025

Cidades mineradas enfrentam o desafio de investir bem.



Para onde vai o dinheiro público de São Gonçalo?

Com R\$ 163,8 milhões empenhados em 2025, município mantém volume expressivo de recursos.

EDITORIAL

Mineração urbana: os municípios têm três anos para se preparar para 2030

Há uma assimetria antiga no modo como o desenvolvimento mineral se distribui pelo território, e ela não decorre de escolha política nem de gestão, mas da geologia. O município que tem depósito no subsolo recebe investimento, arrecadação, emprego e, com tudo isso, uma dependência que costuma se revelar tarde demais; o que não tem acompanha de fora a cadeia que movimenta a economia ao redor. Essa foi, durante décadas, a única porta de entrada.

A Lei nº 15.506, sancionada em 16 de setembro de 2026 sem vetos, abriu uma segunda. Ao instituir a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, o legislador colocou entre suas finalidades, ao lado da pesquisa e da lavra, a mineração urbana, assim entendida a recuperação sistemática de minerais e demais materiais de valor contidos nos estoques antropogênicos urbanos, o que alcança eletroeletrônicos, baterias, veículos em fim de vida, entulho e aterros. A escala disso já se demonstra na casa da moeda britânica, que recupera cerca de 400 quilos de ouro por ano a partir de 4 mil toneladas de eletrônicos descartados (Folha de S.Paulo, 7/8/2026).

A tese central deste texto é que o prazo desses incentivos, mais do que o seu valor, é o que deveria ocupar a agenda municipal. A lei autorizou crédito fiscal de até vinte por cento do dispêndio com

beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana, limitado a R\$ 1 bilhão por ano entre 2030 e 2034, o que soma R\$ 5 bilhões, e um fundo garantidor com aporte da União de até R\$ 2 bilhões. O benefício é dirigido às empresas, não às prefeituras, e depende de procedimento concorrencial restrito a projetos previamente habilitados pelo conselho criado pela lei.

O que isso significa para o território decorre de uma distinção jurídica pouco percebida. A mineração parte de pressuposto constitucional pelo qual as jazidas constituem bens da União, com título minerário, fiscalização da Agência Nacional de Mineração e compensação financeira, ao passo que o aparelho descartado é resíduo sólido submetido à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao licenciamento municipal. Quem estrutura a coleta, licencia o impacto local e contrata a cooperativa de catadores é a administração municipal, de modo que a condição para sediar esses projetos deixa de ser geológica e passa a ser organizacional.

Entre a vigência da lei e o primeiro ano de créditos há pouco mais de três anos, e esse intervalo é o ativo mais valioso que os municípios têm agora. É nele que se constrói o que nenhuma empresa traz pronto: coleta com fluxo previsível, escala que poucos municípios alcançam sozinhos, inscrição no cadastro nacional e contrato que defina

a remuneração das cooperativas e a responsabilidade pelo passivo. Boa parte desse trabalho já é executada por catadores organizados em cooperativas, com frequência sem remuneração previsível, e um marco de fomento altera a posição deles na cadeia, mudança que só se concretiza em cláusula.

Quando 2030 chegar, as empresas disputarão o crédito com os projetos que tiverem em mãos, e projeto de mineração urbana se instala onde a coleta já funciona. O que se anuncia é inédito no mapa econômico brasileiro, pois um município sem jazida pode sediar atividade amparada por fomento de natureza mineral, já que a lei autoriza aplicar à mineração urbana, quando couber, os instrumentos criados para o setor. Essa chance pertence a quem usar os próximos três anos para se preparar, e preparo, em política mineral, sempre separou os territórios que participam daqueles que apenas assistem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Código de Mineração. Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020. Regulamenta a implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026. Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE). Brasília, DF, 2026.

BRASIL. Decreto nº 13.118, de 16 de setembro de 2026. Regulamenta a Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026, para dispor sobre o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos. Brasília, DF, 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Reino Unido recupera ouro de resíduos eletrônicos para fabricar joias. São Paulo, 7 ago. 2026.

SANTOS, Mariana. Mineração urbana: os municípios vão chegar preparados a 2030? Cidades e Minerais, 10 set. 2026. Disponível em: <https://cidadeseminerais.com.br/colunas/mineracao-urbana-os-municipios-vao-chegar-preparados-a-2030/>. Acesso em: 10 out. 2026.

Mariana Santos. Desenvolvimento econômico territorial, integrando estratégia empresarial, estrutura jurídica e diversificação econômica.

MADEITA

Soluções completas em madeiras.

Madeiras para construção
Portas e marcos

Compensados e madeirites
Telhas e acabamentos

Dormentes ferroviários certificados • Estruturas para obras • Madeira para topografia • Pallets industriais
Peças técnicas sob medida • Assoalhos de vagões • Embalagens técnicas • Bases para equipamentos
Componentes para infraestrutura ferroviária

(31) 3759-4000 | (31) 3759-4001
Rua Cromita, 120 – Distrito Industrial (Trevo do Barreiro) – Itabira/MG

Entregas em toda a região de Minas e em todo o Brasil. | @madeita.madeiras

EXPEDIENTE

Direção
Marcelo Eleto

Editor
Sérgio Santiago

Estagiária
Isis Oliveira

Reportagem
Raquel Luciano

Diagramação
Eduardo Souza

Impressão
Sempre Editora

CONTATO
JORNALISMO:
redacao@cidadeeminerais.com.br
COMERCIAL:
comercial@cidadeeminerais.com.br
(31) 98798-5580

Acesse: cidadeeminerais.com.br

CNPJ: 28.286.958/0001-00
Itabira/MG

**Thaiany Cosmes
Guimarães de Abreu**

*atua em Direito Minerário,
com foco na segurança
jurídica de empreendimentos,
na negociação de ativos
minerários e na solução de
conflitos que envolvem a
atividade*

Segurança jurídica na mineração: a experiência da advogada Thaiany Abreu em questões estratégicas do setor

Nova colunista do Cidades & Minerais assessora mineradoras em negociações de ativos, regularização de direitos minerários e conflitos que podem impactar o desenvolvimento dos empreendimentos

A implantação e a continuidade de um empreendimento mineral dependem muito mais do que da existência de uma jazida economicamente viável. A regularidade dos títulos minerários, o acesso às áreas de interesse, as exigências ambientais e a segurança dos contratos estão entre os fatores que podem determinar o avanço ou a paralisação de um projeto.

Trata-se de um universo amplo e complexo, no qual atua a advogada Thaiany Cosmes Guimarães de Abreu, que passa a integrar o time de colunistas e parceiros do Cidades & Minerais.

Sócia do escritório T. C. G. Abreu Advogados, sediado em Cuiabá (MT), Thaiany atua na advocacia desde 2018, com atendimento a mineradoras e empresários de diferentes regiões do Brasil. Sua trajetória profissional concentra-se no Direito Minerário e nas questões jurídicas que envolvem a estruturação de negócios, a regularização de direitos e o uso de imóveis necessários ao desenvolvimento da atividade mineral.

Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá, a advogada possui especializações em Direito Constitucional e Direito do Agronegócio, esta última pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A formação multidisciplinar

contribui para uma atuação que conecta as exigências legais às condições práticas de implantação e operação dos empreendimentos. Entre suas principais frentes de trabalho estão os processos administrativos perante a Agência Nacional de Mineração (ANM), a negociação de direitos e ativos minerários, a estruturação de contratos de investimento, as operações de fusões e aquisições (M&A) e a resolução de conflitos com proprietários de imóveis, conhecidos no setor como superficiários. Também atua em controvérsias administrativas e judiciais relacionadas à atividade mineral, inclusive aquelas que podem comprometer o cronograma ou a continuidade das operações.

Experiência em situações complexas

A experiência profissional de Thaiany inclui casos que ilustram a diversidade dos desafios jurídicos enfrentados pelo setor. Um deles envolveu a assessoria em uma operação de fusões e aquisições, com participação na estruturação contratual e na negociação das obrigações entre os envolvidos. Nesse tipo de transação, a análise dos direitos minerários, dos compromissos assumidos e dos riscos associados ao negócio é fundamental para

conferir maior segurança às partes.

Outro trabalho relevante foi a atuação voltada ao restabelecimento de um alvará de pesquisa cuja área havia sido colocada em disponibilidade, com fundamento em nulidade procedimental. O caso evidencia a importância do acompanhamento dos atos administrativos e da observância das regras que disciplinam a gestão dos títulos minerários.

A advogada também atuou na mediação de conflitos com superficiário em área limítrofe a uma comunidade indígena. Situações dessa natureza exigem atenção às particularidades territoriais, aos direitos envolvidos e ao diálogo entre as partes, especialmente quando o acesso à superfície é necessário para a realização de atividades de pesquisa ou operação.

Para Thaiany, o trabalho jurídico relacionado à mineração demanda uma leitura conjunta das diferentes dimensões do empreendimento. A análise documental e a identificação antecipada de riscos precisam caminhar ao lado do entendimento das necessidades operacionais, em interlocução com profissionais como engenheiros, geólogos e consultores ambientais.

Conhecimento jurídico aplica-

do à mineração

A participação no Cidades & Minerais abre uma nova frente de atuação para a advogada: compartilhar conhecimentos sobre as normas, os procedimentos e os desafios jurídicos que fazem parte da rotina de quem pesquisa, investe e produz no setor mineral.

A proposta editorial é abordar temas como a regulação da ANM, a negociação de direitos minerários, as servidões, as relações com proprietários de terras e os conflitos que podem surgir durante o desenvolvimento de um projeto. O objetivo é apresentar questões jurídicas complexas em linguagem acessível, sem perder de vista suas consequências práticas para empresas e empreendedores.

Em um setor no qual decisões administrativas, contratos e condições de acesso às áreas podem influenciar diretamente a viabilidade dos investimentos, a informação jurídica qualificada constitui uma ferramenta importante de planejamento. Com sua coluna, Thaiany pretende contribuir para aproximar o conhecimento técnico da realidade dos negócios minerários, oferecendo aos leitores elementos para compreender melhor os riscos, as obrigações e as alternativas jurídicas presentes na atividade.



De empresa endividada a um grupo bilionário

A história de João Araújo, o empresário que apostou o próprio futuro para salvar uma mineradora endividada, comprou o controle da companhia e transformou a crise em ponto de partida para construir um grupo diversificado

Em 2015, João José Oliveira Araújo tinha diante de si uma empresa endividada, um passivo de aproximadamente R\$ 350 milhões, bancos desconfiados e um mercado de commodities em queda. Não havia patrimônio pessoal relevante para servir de colchão. Tampouco havia garantia de que a companhia sobreviveria.

Havia, porém, uma convicção. João, então diretor financeiro da Mineração Buritirama, decidiu colocar o próprio futuro na mesma equação do futuro da empresa.

Primeiro, assumiu uma dívida para comprar 10% da companhia. Depois, quando surgiu a possibilidade de perder o negócio para o próprio pai, Sílvio Tini, principal acionista da companhia, fez uma aposta ainda maior: aceitou comprar os outros 90% por um valor de R\$ 500 milhões, assumindo também o passivo da empresa.

O que poderia ser interpretado como uma aposta irracional transformou-se em uma história

pouco comum no empreendedorismo recente ligado à mineração brasileira.

Entre 2015 e 2018, o faturamento da Buritirama saltou de R\$ 80 milhões para R\$ 750 milhões. Depois, já sob o controle de João, a empresa foi preparada para alcançar faturamento de R\$ 1,5 bilhão nos anos seguintes. Da crise nasceu o Grupo Buritipar, com interesses em manganês, cobre, potássio e logística.

A trajetória não foi linear. Houve ruptura familiar, disputas judiciais, pressão de bancos, dependência de grandes compradores, contratos bilionários e uma tentativa de conquistar independência financeira por meio de um acordo de US\$ 400 milhões com a estatal chinesa Minmetals.

Mais do que uma história de crescimento, é uma história sobre risco. E sobre a decisão de entrar no lugar onde quase ninguém queria estar.

QUANDO A APOSTA ERA A SOBREVIVÊNCIA

A palavra “bilhão” costuma

aparecer no fim das histórias empresariais. No caso de João Araújo, ela ajuda a entender o tamanho da transformação, mas não explica onde tudo começou.

O ponto de partida estava muito mais próximo do vermelho. Em 2015, a Mineração Buritirama atravessava uma das fases mais delicadas de sua história. O Brasil vivia um período de forte instabilidade política e econômica, enquanto o mercado internacional de commodities enfrentava uma queda que pressionava empresas do setor mineral. A companhia carregava um passivo estimado em R\$ 350 milhões e contratos que poderiam antecipar obrigações financeiras e colocar sua própria continuidade em risco.

João Araújo ocupava então a diretoria financeira. Foi nesse ambiente que começou a ser desenhada a estratégia que mudaria sua trajetória empresarial. Enquanto os bancos hesitavam e o fundador da companhia, Sílvio Tini, buscava alternativas para gerar caixa, João trabalhou

na recuperação de créditos na Venezuela que eram considerados de difícil liquidez. Também participou da venda de ativos. O resultado foi modesto diante do tamanho do problema, mas decisivo naquele momento: a empresa conseguiu chegar ao fim do ano com aproximadamente R\$ 1 milhão de caixa positivo.

Era pouco. Mas, diante de uma estrutura ameaçada por vencimentos antecipados, aquele milhão representava tempo. E tempo, naquele momento, significava sobrevivência.

O PRIMEIRO RISCO

A situação exigia mais do que uma solução financeira de curto prazo. Para participar diretamente do futuro da empresa, João tomou uma decisão que mudaria também sua relação patrimonial com o negócio.

Sem patrimônio pessoal para respaldar a operação, assumiu uma dívida para comprar 10% da Buritirama. A participação havia pertencido aos funcionários, foi recomprada por Sílvio e posteri-

ormente revendida ao filho.

A matemática era simples e pesada. Com um passivo empresarial na casa dos R\$ 350 milhões, os 10% adquiridos tornavam João solidariamente responsável por aproximadamente R\$ 35 milhões da dívida.

Ele não estava apenas investindo em uma empresa. Estava vinculando seu próprio futuro à recuperação dela.

A partir daí, a história ganhou velocidade. João acumulou quatro diretorias e passou a operar com uma estrutura enxuta, chegando a despachar de salas de reunião coletivas. Ao mesmo tempo, conduziu uma expansão que mudaria a escala da Buritirama.

Entre 2015 e 2018, o faturamento passou de R\$ 80 milhões para R\$ 750 milhões. Em três anos, quase dez vezes mais. A companhia que lutava para atravessar uma crise passou a gerar caixa em escala muito maior.

Mas o crescimento empresarial não eliminou a crise societária. O momento decisivo ainda estava por vir.

O DIA EM QUE ELE DECIDIU COMPRAR A

PRÓPRIA HISTÓRIA

No fim de 2018, quando a Buritirama já havia mudado de patamar, surgiu uma situação que poderia encerrar a participação de João na companhia.

Sílvio Tini comunicou a intenção de vender seus 90% da empresa.

A sugestão para João era que vendesse também sua participação e seguisse outro caminho.

João recebeu a mensagem por volta das 22 horas, em uma sala cheia. Em vez de aceitar a saída, decidiu fazer uma contraproposta. O pai estabeleceu o valor da empresa em R\$ 500 milhões. João aceitou.

O detalhe que transforma o episódio em um dos momentos decisivos de sua trajetória é que ele não tinha simplesmente R\$ 500 milhões disponíveis para comprar a companhia.

Precisaria convencer os bancos de que aquele negócio ainda tinha futuro. E fazê-lo rapidamente.

Pouco depois do anúncio, o Bradesco executou dívidas de aproximadamente R\$ 100 milhões. João então procurou o Itaú, apresentou um plano de crescimento, antecipou vendas futuras e conseguiu estruturar a operação que permitiu a aquisi-

ção.

A dívida com o Bradesco foi quitada. A Buritirama passou para o controle de João. E a crise familiar transformou-se no marco de nascimento do Grupo Buritipar.

R\$ 500 MILHÕES

O número precisa ser compreendido em toda a sua dimensão. O valor da negociação foi estabelecido em R\$ 500 milhões. Para a família, Sílvio comunicou uma venda de R\$ 150 milhões, correspondente ao valor líquido que receberia. João, porém, assumiu integralmente o passivo da companhia, então estimado em aproximadamente R\$ 350 milhões entre dívidas e investimentos produtivos.

Na prática, o negócio envolveu meio bilhão de reais. Era uma aquisição empresarial financiada, em grande medida, pela disposição de assumir riscos.

O período seguinte foi igualmente complexo. Entre 2018 e 2019, João precisou administrar a empresa em um ambiente de incerteza jurídica, enquanto demonstrava aos bancos que era o controlador de fato. A disputa com Sílvio avançou para o

Judiciário, incluindo uma cobrança de aproximadamente R\$ 90 milhões.

O MANGANÊS COMO ESCOLHA ESTRATÉGICA

Foi justamente nesse ambiente que João começou a consolidar outra característica de sua estratégia: concentração onde enxergava uma oportunidade. A mineração brasileira tinha no minério de ferro seu grande protagonista. O manganês, apesar de sua importância para a produção de aço, ocupava espaço menor no imaginário do setor.

A Buritirama escolheu fazer o movimento contrário.

Especializou-se. A empresa passou a se posicionar como a maior produtora brasileira dedicada exclusivamente ao manganês, concentrando investimentos, tecnologia de beneficiamento e estrutura operacional nessa cadeia. A Mina de Buritirama, no Pará, tornou-se a maior mina de manganês a céu aberto da América Latina, com capacidade superior a 2,5 milhões de toneladas por ano.

A lógica era diferente daquela das gigantes diversificadas. Em vez de disputar simultaneamente



vários metais, João concentrou esforços em uma cadeia na qual a empresa poderia construir conhecimento, escala e eficiência.

O resultado foi uma posição relevante no mercado internacional. Com a maturação dos investimentos logísticos e a verticalização do grupo, a Buritirama chegou a responder por cerca de 70% das exportações brasileiras de manganês, atendendo mercados como China e Europa.

O manganês, que poderia ter sido apenas o produto de uma mineradora em dificuldade, tornou-se a plataforma sobre a qual João construiria algo maior.

DE UMA MINA PARA UM ECOSISTEMA DE NEGÓCIOS

Uma empresa dependente de uma única commodity carrega uma vulnerabilidade evidente: os ciclos de preço e demanda podem determinar boa parte de seu resultado.

Depois de recuperar a Buritirama, João Araújo passou a olhar para o problema seguinte. Como transformar crescimento em permanência?

A resposta foi o Grupo Buritipar. A estratégia combinou três ideias: diversificação, verticalização e logística. A intenção não era simplesmente acumular empresas. Era construir negócios capazes de funcionar de maneira complementar e reduzir a exposição do grupo a um único mercado. O primeiro grande movimento nessa direção ocorreu com a Paranapanema. João adquiriu 38,5% da companhia, então controlada por fundos de pensão como Previ, Petros, Sistel e Aerus. O ativo representava uma entrada no setor de cobre, mas a leitura estratégica era mais ampla.

A Paranapanema não era apenas uma mineradora. Era uma transformadora de cobre. Essa diferença importava.

Em momentos de baixa das commodities, empresas que

extraem minério ficam diretamente expostas às oscilações dos preços internacionais. Uma indústria transformadora, por sua vez, possui uma dinâmica diferente, com operações dolarizadas e possibilidade de maior previsibilidade de fluxo. Na arquitetura do Grupo Buritipar, o cobre passou a funcionar como uma espécie de contraponto ao ciclo do manganês.

ALOGÍSTICA COMO ATIVO

A mesma lógica apareceu em outra frente. O grupo avançou para o potássio e seus derivados, olhando para uma característica estrutural do Brasil: a forte dependência de fertilizantes para sustentar a produção agrícola. Mas o diferencial não estava apenas nos ativos minerais. Estava no caminho percorrido pelo produto. Portos, áreas de transbordo e frota própria passaram a integrar a estratégia do grupo. A ideia era otimizar o fluxo Norte-Sul, reduzir viagens

sem carga e capturar eficiência operacional e tributária.

É uma mudança importante na forma de enxergar uma empresa de mineração. O negócio deixa de ser apenas “tirar minério da terra”. Passa a envolver mina, processamento, transporte, armazenagem, porto, mercado e financiamento.

A verticalização transforma a logística em parte da própria vantagem competitiva. Foi assim que uma companhia que começou tentando sobreviver a uma crise de dívida passou a formar um conglomerado com diferentes negócios e mecanismos de proteção contra os ciclos do mercado.

O RISCO DE DEPENDER DE UM ÚNICO CLIENTE

Mesmo com uma estrutura mais diversificada, havia outro problema. A dependência comercial.

A trading suíça Glencore concentrava mais de 70% do faturamento da Buritirama e quase 90% da

A ESCALA DOS NÚMEROS

A dimensão dessa transformação ajuda a entender o percurso.

Número	O que representa
R\$ 350 milhões	Passivo aproximado da Buritirama em 2015.
R\$ 35 milhões	Responsabilidade proporcional assumida por João ao adquirir 10% da companhia.
R\$ 80 milhões	Faturamento da Buritirama em 2015.
R\$ 750 milhões	Faturamento alcançado em 2018.
R\$ 500 milhões	Valor atribuído à aquisição do controle da empresa por João.
R\$ 100 milhões	Dívida com o Bradesco quitada após a operação de aquisição.
R\$ 1,5 bilhão	Faturamento que a companhia foi preparada para alcançar nos anos seguintes.
2,5 milhões de toneladas/ano	Capacidade produtiva atribuída à Mina de Buritirama.
70%	Participação aproximada da empresa nas exportações brasileiras de manganês.

Esses números não contam, sozinhos, a história de João. Mas ajudam a dimensionar o tamanho da transformação.



Paranapanema. A relação se deteriorou após atrasos sistemáticos nos pagamentos. Para João, aquele cenário representava uma ameaça à sustentação financeira do grupo. Era necessário encontrar uma alternativa. E ela veio do outro lado do mundo.

A APOSTA DE US\$ 400 MILHÕES

Em junho de 2021, João Araújo fechou um dos contratos mais ousados de sua trajetória. A contraparte era a Minmetals, gigante estatal chinesa.

O acordo previa o fornecimento de 1,5 milhão de toneladas de manganês por ano, durante dez anos. Em troca, o grupo receberia um pré-pagamento de US\$ 400 milhões. Na cotação da época, aproximadamente R\$ 2 bilhões.

O dinheiro permitiria liquidar dívidas bancárias, reduzir a dependência da Glencore e fortalecer a independência financeira do grupo. A operação resume boa parte da lógica que marcou a trajetória de João.

Primeiro, identificar uma dependência. Depois, encontrar uma alternativa. Em seguida, transformar a alternativa em escala. O contrato chegou a ser executado durante um ano, com a entrega de cinco navios.

Posteriormente, disputas judiciais levaram à paralisação das exportações. O futuro da operação passou a depender de decisões judiciais, inclusive no Superior Tribunal de Justiça.

DO MANGANÊS À MCLAREN RACING

A trajetória recente de João também começa a ultrapassar as fronteiras da mineração. Em 2025, o empresário foi anunciado como novo integrante do conselho consultivo da Salus Optima, health-tech britânica que utiliza inteligência artificial para otimizar performance humana e mantém parceria técnica de longa data com a McLaren Racing.

A empresa aplica processamento de dados e conceitos de engenharia de precisão associados ao automobilismo de alto desempenho em soluções voltadas à saúde, bem-estar, produtividade e tomada de decisão.

Entre seus clientes e parceiros estão empresas como Bayer, PepsiCo, DuPont e Swiss Life.

A presença de João nesse ambiente indica uma extensão de sua atuação para além da mineração. Ele chega à companhia com experiência empresarial acumulada no Grupo Buritipar e passagem por conselhos de

grandes empresas, como Alparagatas e Paranapanema. Para Rodrigo Jesus, CEO da Salus Optima, a experiência do brasileiro tem valor justamente pela capacidade de conectar tecnologia e ambientes empresariais de grande escala.

“João traz uma perspectiva global que dialoga perfeitamente com projetos de excelência, como nossa colaboração com a McLaren”, afirmou Jesus. É um novo cenário para alguém cuja história empresarial começou em uma situação muito diferente.

DEPOIS DO BILHÃO

Existe uma tentação natural em histórias como essa: transformar o número final no protagonista. O bilhão, porém, é consequência. A essência da trajetória de João Araújo está alguns passos antes.

Está na decisão de comprar 10% de uma empresa endividada quando o risco pessoal era alto. Está na capacidade de transformar uma companhia que faturava R\$ 80 milhões em uma operação de R\$ 750 milhões em apenas três anos.

Está na escolha de comprar o controle quando a própria família acreditava que o negócio poderia seguir outro caminho. Está em convencer bancos a financiar uma

aquisição de R\$ 500 milhões.

Está em transformar uma mineradora de manganês em um grupo com interesses em cobre, potássio e logística. Está, ainda, na tentativa de romper uma dependência comercial que ameaçava o grupo por meio de um contrato de US\$ 400 milhões com a China.

E está na disposição de continuar construindo negócios mesmo depois de uma trajetória marcada por disputas e incertezas.

A história de João não começou com uma fortuna. Começou com uma empresa que precisava sobreviver. Ele entrou no problema antes de saber exatamente onde terminaria. Assumiu uma parte da dívida. Depois, assumiu a empresa.

E, ao fazê-lo, transformou uma crise que poderia representar o fim da Buritirama no ponto de partida de uma trajetória empresarial de escala bilionária. No mundo dos negócios, há quem prefira esperar o cenário perfeito. João Araújo construiu sua trajetória justamente quando o cenário parecia dizer o contrário. Da dívida ao bilhão, a história é menos sobre dinheiro do que sobre a decisão de assumir o risco quando ainda não havia garantia de que haveria um futuro para comprar.



Foto: Divulgação



O risco invisível que pode comprometer um empreendimento mineral

Ecolabore Engenharia alerta para a importância da gestão minerária preventiva, capaz de identificar pendências, evitar penalidades legais e proteger o setor de prejuízos

Na mineração, nem todos os riscos estão na frente de lavra, nos equipamentos ou nas oscilações do preço do minério. Alguns estão nos prazos, documentos e processos administrativos que precisam ser acompanhados durante toda a vida útil de um empreendimento.

A boa notícia é que o empreendedor não está sozinho. Uma das especialidades da Ecolabore Engenharia, empresa Itabirana com unidade em Belo Horizonte e Itabira e com atuação em todo o Brasil, é exatamente oferecer serviços de gestão minerária e suporte técnico para que as mineradoras mantenham seus processos organizados, cumpram as obrigações legais e reduzam o risco de problemas que comprometam seus investimentos.

O alerta interessa especialmente às pequenas e médias operações, às empresas de pesquisa mineral e aos empreendedores que atuam com agregados e minerais industriais. Em um setor que exige capital elevado e planejamento de longo prazo, a regularidade dos títulos e o cumprimento das exigências legais são tão importantes quanto a viabilidade técnica e econômica do projeto.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) estabelece obrigações específicas para os titulares de direitos minerários. Entre elas está o Relatório Anual de Lavra (RAL), que reúne informações sobre produção, comercialização, reservas e métodos de extração. Também exigem atenção a Taxa Anual por Hectare (TAH), quando aplicável, os prazos para atendimento de exigências e as providências necessárias à evolução de um projeto, da pesquisa à autorização para lavra.

O descumprimento dessas obrigações pode resultar em multas, exigências adicionais e atrasos. Em situações mais graves, conforme a

natureza da infração e o processo administrativo, pode comprometer a manutenção do direito minerário. Por isso, aguardar uma notificação para verificar a situação documental pode significar agir tarde demais.

“A gestão minerária não deve ser tratada como uma tarefa pontual, realizada apenas quando surge uma exigência ou se aproxima um vencimento. O acompanhamento contínuo permite antecipar pendências, organizar documentos e orientar decisões antes que um problema administrativo se transforme em prejuízo para o empreendimento”, afirma André Milâncio, engenheiro ambiental e sócio da Ecolabore Engenharia.

Prevenção como estratégia de negócio

As obrigações variam conforme o regime, a fase e as características de cada empreendimento. Um projeto em pesquisa mineral possui exigências diferentes das aplicáveis a uma mina em operação. Mudanças societárias, cessões de direitos, alterações de projetos e procedimentos relacionados ao fechamento de mina também podem exigir providências específicas.

Nesse cenário, a Ecolabore Engenharia oferece suporte técnico em diferentes etapas da atividade mineral, com elaboração de relatórios, estudos e projetos, acompanhamento de processos e orientação sobre obrigações regulatórias. Entre os serviços estão requerimentos de autorização de pesquisa e de lavra, Relatório Anual de Lavra, Plano de Aproveitamento Econômico e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

“O empreendedor precisa conhecer a situação real de cada processo minerário, saber quais obrigações estão pendentes e ter clareza sobre os próximos passos. Nosso trabalho é contribuir para que essas informa-

ções sejam acompanhadas de forma sistemática e tempestiva, com identificação de riscos e planejamento das providências necessárias”, explica Luiz Filipe Gomes, engenheiro de Minas e sócio da Ecolabore Engenharia.

A consultoria não substitui a responsabilidade legal do titular, mas oferece conhecimento especializado para apoiar a tomada de decisões, otimização do seu tempo e o cumprimento das exigências aplicáveis.

Para quem pretende investir na mineração ou expandir uma

operação, a recomendação é objetiva: manter um calendário de obrigações, revisar periodicamente os processos, organizar documentos e buscar orientação técnica diante de exigências ou mudanças no empreendimento.

Afinal, a ausência de uma gestão preventiva pode acarretar em pendências minerárias, multas, paralisação de atividades, embargos, atrasos na expansão e prejuízos financeiros, comprometendo a segurança do investimento, a continuidade do negócio e até a perda do Direito Minerário.

A expansão já entrou no orçamento do próximo ano...

E os projetos que ela exige?

Conte com a Ecolabore para a gestão de:

<p>Meio Ambiente Licenciamento, outorga e estudos ambientais</p>	<p>Mineração Gestão minerária, relatórios e projetos</p>
<p>Saúde e Segurança do Trabalho Programas, laudos, treinamentos, exames ocupacionais, eSocial</p>	<p>Projetos de Engenharia Estudos e projetos para novas instalações, reformas e ampliações</p>

Itabira:
(31) 3835-5926

Belo Horizonte:
(31) 3047-0685

Acesse nosso site:

A mina que pensa: como a IA está transformando a mineração

De Itabira ao Chile e à Austrália, inteligência artificial começa a mudar a maneira como o minério é encontrado, processado e transportado. Na região, tecnologias já monitoram centenas de variáveis, antecipam falhas e ajudam operadores a tomar decisões em tempo real

Durante décadas, a mineração avançou graças à força das máquinas. Agora, uma nova camada de tecnologia começa a transformar a atividade: a capacidade de fazer com que equipamentos e sistemas interpretem grandes volumes de dados, reconheçam padrões e ajudem a antecipar decisões.

Em Itabira, essa transformação já tem endereço. Em junho deste ano, a Vale inaugurou a Usina Modelo Conceição 2, apresentada como referência para a expansão de um novo modelo operacional da companhia. A unidade reúne cerca de 7.300 instrumentos automatizados, mais de 100 câmeras e sistemas capazes de monitorar e otimizar mais de 400 variáveis do beneficiamento do minério em tempo real. Uma camada de inteligência artificial supervisiona os dados e pode ajustar parâmetros conforme as características do minério e do produto. Os resultados ajudam a dimensionar a mudança. Desde a implantação do projeto, a produtividade da usina aumentou 25%, a produção de pellet feed para redução direta cresceu 40% e as perdas de

ferro no rejeito caíram 26%. A unidade também recircula 92% da água utilizada no processo.

A lógica é simples de explicar, mas poderosa: em vez de esperar que uma alteração no processo seja percebida pelo operador, os sistemas acompanham continuamente centenas de informações e podem identificar desvios ou oportunidades antes que eles se transformem em problemas.

Da usina à cadeia produtiva

A inteligência artificial também já aparece em outras operações da região. Na Mineração Usiminas, um sistema de controle preditivo foi aplicado ao circuito de moagem. Segundo a empresa, a solução elevou a produtividade em 4%, reduziu em até 5% o consumo de energia elétrica na moagem e contribuiu para uma margem adicional de R\$ 8 milhões por ano. Na Samarco, o movimento ganhou uma dimensão ainda maior. O sistema COI Maestro, implantado em 2026, integra informações sobre minério em trânsito no mineroduto, estoques e material disponível para recomendar parâmetros de produção.

A ferramenta utiliza modelos matemáticos e preditivos para ajudar a direcionar a produção de acordo com as especificações das pelotas destinadas aos clientes. A próxima fronteira é fazer com que a inteligência acompanhe cada vez mais etapas da operação. Em Conceição do Mato Dentro, a Anglo American concluiu em setembro a implantação de uma frota de cinco perfuratrizes autônomas. Os equipamentos executam os ciclos de perfuração enquanto equipes especializadas acompanham a operação a partir de um Centro de Operações Remotas.

Uma mina dentro do computador

No exterior, a tecnologia já começa a produzir cenários que até pouco tempo pareciam ficção científica.

Na mina de Escondida, no Chile, a BHP utiliza inteligência artificial associada a gêmeos digitais — representações virtuais de processos reais — para relacionar as características do minério ao desempenho da planta. O objetivo é testar cenários e melhorar decisões de desmonte, blendagem e processamento. Em

aplicações específicas, a companhia registrou redução de aproximadamente 70% nas perdas de produção relacionadas à granulometria no moinho SAG. As possibilidades são amplas. Algoritmos podem ajudar a identificar novos depósitos minerais, prever falhas de equipamentos, otimizar consumo de energia e água, melhorar a recuperação de minério, monitorar riscos ambientais e analisar imagens para identificar situações inseguras. Mas a chamada “mina que pensa” não significa necessariamente uma mina sem pessoas. Ao contrário: quanto mais complexos ficam os sistemas, maior tende a ser a necessidade de profissionais capazes de interpretar dados, supervisionar equipamentos e tomar decisões críticas.

A mudança, portanto, não está apenas nas máquinas. Está na própria maneira de operar uma mina.

O minério continua debaixo da terra. A diferença é que, cada vez mais, a mineração terá uma segunda camada trabalhando sobre ele: uma indústria capaz de transformar milhões de dados em decisões. E, em Itabira, essa transformação já começou.



SIMPLE

Arquitetura, urbanismo e gestão técnica.

Projetos • Regularização • Fiscalização de obras

Planejamento e transição territorial
de cidades mineradoras.

@simple_arqdesign

(31) 9373-1009

Praça do Areão, Itabira
Desenvolvimento vai além
da riqueza gerada pela
atividade mineradora

Foto - Divulgação

Itabira além dos indicadores econômicos

Desenvolvimento não se resume à riqueza que uma cidade produz: educação, saúde, renda e oportunidades ajudam a medir quanto desse potencial se converte em qualidade de vida para a população

Itabira construiu sua trajetória econômica em torno da mineração, atividade que marcou a formação do município e permanece central para sua economia. Mas a dimensão do desenvolvimento de uma cidade não se mede apenas pelo valor de sua produção, pela arrecadação pública ou pela geração de empregos. Também depende das oportunidades que oferece à população, da qualidade dos serviços públicos e das condições para que as novas gerações construam seu futuro. Essa perspectiva ajuda a compreender os desafios de Itabira para além dos indicadores econômicos.

No Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) de 2025, o município alcançou 56,19 pontos, resultado classificado como desempenho médio. A avaliação considera diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que permite observar dimensões que vão da educação e saúde ao saneamento, à redução das desigualdades e ao desenvolvimento econômico.

Os números mostram que o desenvolvimento precisa ser analisado por diferentes ângulos. Em 2023, Itabira registrou Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 65.590,29, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador corresponde ao valor da produção econômica dividido pela população e não representa, necessariamente, a renda efetivamente recebida por cada morador. A distinção é importante. Uma economia pode movimentar volumes expressivos de recursos sem que todos os habitantes tenham acesso às mesmas oportunidades. Por isso, indicadores de emprego, distribuição de renda, educação e acesso a serviços públicos ajudam a completar o retrato do município. Na educação, por exemplo, Itabira registrou, em 2023, nota 4,8 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos finais do ensino fundamental da rede pública, conforme os dados reunidos no relatório municipal. O indicador oferece uma referência para acompanhar a aprendiza-

gem e o fluxo escolar, etapas fundamentais para ampliar as perspectivas profissionais dos jovens.

O desafio não se limita à sala de aula. A formação dos estudantes precisa encontrar correspondência em oportunidades de trabalho, qualificação profissional e empreendedorismo. Em uma cidade historicamente ligada à mineração, ampliar as alternativas econômicas também significa criar condições para que os jovens possam escolher onde viver e desenvolver suas carreiras.

Essa discussão se relaciona ao planejamento de longo prazo de Itabira. A iniciativa Itabira Sustentável reúne propostas para diversificação econômica, educação, mobilidade urbana, saneamento, preservação ambiental e valorização cultural. O conjunto evidencia que o futuro municipal depende de políticas articuladas e de continuidade no planejamento. A existência de projetos, entretanto, não substitui a avaliação de seus resultados concretos. O mesmo princípio vale para os serviços públicos.

Cobertura de saneamento, acesso à saúde, qualidade da educação, condições de moradia e mobilidade são dimensões que influenciam diretamente a vida cotidiana. Acompanhar sua evolução ao longo dos anos permite identificar avanços, gargalos e áreas que exigem maior atenção.

O retrato de Itabira, portanto, não cabe em um único número. Indicadores econômicos ajudam a compreender a capacidade produtiva do município; indicadores sociais mostram outras dimensões do desenvolvimento e ajudam a avaliar as condições oferecidas à população.

Para uma cidade cuja história está profundamente ligada à exploração mineral, essa análise ganha importância estratégica. Mais do que produzir riqueza, o desafio consiste em ampliar as oportunidades, melhorar as condições de vida e construir bases duradouras para as próximas gerações. É nessa capacidade de transformar potencial econômico em desenvolvimento humano que se mede uma parte essencial do futuro de Itabira.

ITABIRA EM NÚMEROS

Como o município se posiciona em indicadores de desenvolvimento

56,19 pontos

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), em 2025. Itabira ocupa a 740ª posição entre 5.570 municípios brasileiros. A escala vai de zero a 100; quanto maior a pontuação, maior o nível de desenvolvimento sustentável.

R\$ 65.590,29

PIB per capita de Itabira, em 2023 — cerca de 27% acima da média brasileira, de R\$ 51.693,92. O indicador mede a produção econômica por habitante, não a renda individual dos moradores.

4,8 pontos

Nota do Ideb nos anos finais do ensino fundamental da rede pública, em 2023. Itabira ficou acima da média de Minas Gerais, de 4,7, e ocupou a 336ª posição entre os 853 municípios mineiros.

11,71 óbitos por mil nascidos vivos

Taxa de mortalidade infantil registrada em Itabira, em 2023. O município ocupou a 421ª posição entre os 853 municípios mineiros nesse indicador.

Fontes: IBGE; Inep/MEC; Relatório Local Voluntário de Itabira - Meu Município pelos ODS. Anos de referência indicados em cada indicador

Prefeito Nozinho (e) durante inauguração do Centro Administrativo de São Gonçalo do Rio Abaixo - Foto - Ascom



Para onde vai o dinheiro público de São Gonçalo?

Com R\$ 163,8 milhões empenhados em investimentos em 2025, município mantém volume expressivo de recursos destinado a obras, equipamentos e instalações; execução orçamentária e planejamento de longo prazo são pontos centrais para a continuidade das políticas públicas

A capacidade de transformar recursos públicos em melhorias para a população está entre os principais desafios de uma administração municipal. Em São Gonçalo do Rio Abaixo, os números do exercício de 2025 mostram o peso dos investimentos na execução orçamentária e ajudam a identificar as áreas que concentram as despesas do município. De acordo com dados da Declaração de Contas Anuais encaminhada ao Tesouro Nacional, a prefeitura registrou R\$ 485,46 milhões em receitas realizadas, já descontadas as deduções legais, e empenhou R\$ 540,75 milhões em despesas. Do total empenhado, R\$ 163,85 milhões foram classificados como investimentos — cerca de 30,3% das despesas comprometidas no período. O grupo reúne recursos destinados a obras, equipamentos e instalações, entre outras aplicações. O volume revela a dimensão dos investimentos no orçamento municipal. Para uma cidade com

população estimada em 12.475 habitantes em 2025, o valor corresponde a aproximadamente R\$ 13,1 mil por morador. A divisão é apenas uma referência estatística: não representa um benefício individual nem significa que todos os recursos tenham sido pagos ou convertidos em entregas no mesmo ano.

Infraestrutura concentra recursos

A classificação das despesas por área coloca o urbanismo na primeira posição, com R\$ 140,51 milhões empenhados em 2025, aproximadamente 26% do total. Dentro dessa função, R\$ 99,92 milhões foram destinados à infraestrutura urbana e R\$ 40,6 milhões aos serviços urbanos.

A educação aparece em seguida, com R\$ 108,88 milhões, praticamente 20,1% das despesas empenhadas. A saúde recebeu R\$ 74,5 milhões, equivalentes a 13,8%. Os números evidenciam a presença dessas três áreas na

estrutura orçamentária e oferecem uma base objetiva para acompanhar a evolução dos investimentos e dos serviços prestados à população. Mais do que observar os valores isoladamente, a análise dos próximos exercícios permitirá verificar como os recursos se traduzem em obras concluídas, equipamentos disponíveis, manutenção urbana e melhoria dos indicadores de atendimento. A qualidade do gasto público depende tanto do volume aplicado quanto dos resultados alcançados.

Receita e planejamento

A composição da receita também ajuda a compreender a dinâmica financeira do município. Em 2025, as transferências correntes da União, do Estado e de outros entes somaram R\$ 346,94 milhões, cerca de 71,5% da receita realizada. Os impostos e as taxas municipais responderam por R\$ 90,81 milhões, ou 18,7%. Entre as principais fontes individuais, a cota-parte do ICMS representou

R\$ 129,45 milhões, enquanto o ISS alcançou R\$ 68,78 milhões.

O balanço exige atenção à execução orçamentária. No fechamento de 2025, as despesas empenhadas superaram a receita realizada em R\$ 55,29 milhões. O empenho, contudo, corresponde à reserva orçamentária para uma obrigação e não equivale, por si só, ao pagamento efetivo. A avaliação fiscal completa depende também das despesas liquidadas e pagas, dos recursos disponíveis, dos restos a pagar e dos demonstrativos oficiais.

O desafio para os próximos anos é manter a capacidade de investimento com planejamento, transparência e acompanhamento dos resultados. Em um município com receita expressiva e demandas permanentes por infraestrutura e serviços, a continuidade das políticas públicas depende da combinação entre execução eficiente, responsabilidade fiscal e avaliação dos benefícios entregues à comunidade.

Prefeitura em Números

Execução orçamentária — exercício de 2025

R\$ 485,5 mi

Receita realizada, após deduções

R\$ 540,7 mi

Despesas empenhadas

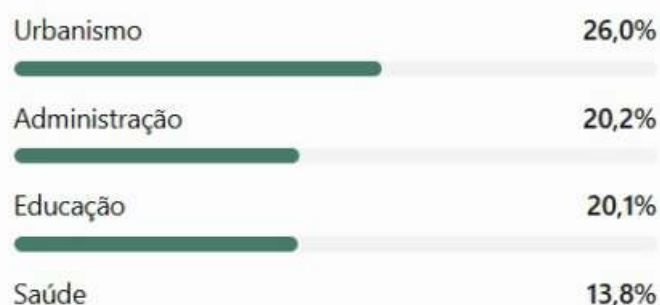
R\$ 163,8 mi

Investimentos empenhados

30,3%

Participação dos investimentos nas despesas empenhadas

Distribuição das despesas empenhadas



Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional, Declaração de Contas Anuais de 2025, conforme dados compilados pelo portal Prefeituras em Números. Valores arredondados. [Prefeituras em Números](#)



Terras raras:

Minas pode deixar de exportar minério bruto?

Aquisição bilionária do Projeto Caldeira, em Caldas, abre uma oportunidade para industrializar minerais estratégicos no estado, mas o processamento local ainda depende de decisões empresariais e de financiamento

A corrida mundial por terras raras colocou o Sul de Minas no centro de uma disputa estratégica: quem controla esses minerais e, principalmente, quem domina a tecnologia para transformá-los em produtos industriais de alto valor? A aquisição anunciada pela australiana Lynas Rare Earths para assumir a Meteoric Resources, responsável pelo Projeto Caldeira, em Caldas, abre uma nova perspectiva para a região. Mas também levanta uma questão fundamental: Minas Gerais conseguirá reter parte maior da riqueza gerada por seus recursos minerais?

O negócio foi avaliado em 968 milhões de dólares australianos, aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, em uma operação de troca de ações. A transação ainda depende das aprovações societárias e regulatórias previstas. Para a Lynas, uma das principais produtoras mundiais de terras raras fora da China, a aquisição representa acesso a uma jazida estratégica e a possibilidade de ampliar sua participação em um mercado essencial para a transição energética e a indústria de alta tecnologia.

As terras raras compreendem 17 elementos químicos utilizados na fabricação de ímãs permanentes para motores de veículos elétricos e turbinas eólicas, além de componentes eletrônicos e equipamentos de defesa. Embora o Brasil detenha recursos minerais expressivos, a capacidade de processamento e separação desses

elementos permanece concentrada em poucos países, sobretudo na China. É nessa etapa industrial, que exige tecnologia especializada e processos químicos complexos, que se encontra parte significativa do valor agregado da cadeia.

O desafio está depois da extração

O Projeto Caldeira prevê investimento de aproximadamente US\$ 498 milhões, com produção média estimada em 12,5 mil toneladas anuais de óxidos de terras raras e vida útil projetada de 23 anos. Os números constam do estudo de viabilidade divulgado para o empreendimento e representam estimativas, não produção já realizada. O projeto obteve licença prévia ambiental em Minas Gerais, mas ainda precisa avançar nas etapas necessárias para sua implantação.

A principal questão industrial permanece em aberto. Em outubro, vieram a público informações sobre negociações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar o empreendimento, avaliado em cerca de R\$ 2,6 bilhões, além de uma possível participação minoritária no negócio. Até o momento das informações divulgadas, não havia aprovação oficial do apoio financeiro. A Lynas, por sua vez, afirmou que estudaria a viabilidade de instalar capacidade de processamento no Brasil, sem assumir compromisso definitivo com essa etapa.

A perspectiva inicial envolve a produção de um composto de terras raras que precisaria ser enviado à Malásia para etapas posteriores de refino. Portanto, mesmo que a extração ocorra em Minas, parte importante da transformação industrial poderá acontecer no exterior. A instalação de unidades de separação no país mudaria esse cenário, aproximando a região de etapas mais sofisticadas da cadeia produtiva.

Desenvolvimento não se mede apenas pelo valor da jazida

Para os municípios do Sul de Minas, a oportunidade vai além dos royalties e dos empregos diretamente ligados à mineração. Uma cadeia industrial local pode estimular a formação de profissionais especializados, a contratação de fornecedores de equipamentos e serviços, a pesquisa aplicada e a cooperação com universidades e centros tecnológicos. Entretanto, esses benefícios não são automáticos: dependem das decisões de investimento, do conteúdo local das compras e da capacidade de empresas da região de atender às exigências técnicas do empreendimento.

Ainda faltam informações públicas consolidadas que permitam dimensionar quantos empregos qualificados serão criados, qual parcela das compras poderá ser realizada em Minas e quanto da produção será efetivamente processado no Brasil. Essas respostas

precisam integrar a avaliação econômica do projeto, e não ficar restritas às projeções de produção mineral.

Também será necessário acompanhar os efeitos ambientais da expansão da atividade na região, incluindo o consumo de água, a gestão de resíduos e os impactos cumulativos de diferentes empreendimentos. A industrialização só representará desenvolvimento sustentável se os ganhos econômicos vierem acompanhados de controle ambiental, transparência e participação das comunidades afetadas.

A experiência histórica de Minas Gerais com o minério de ferro oferece uma reflexão pertinente. Durante décadas, o estado exportou grandes volumes de recursos naturais, enquanto boa parte das etapas industriais de maior valor ocorreu em outros lugares. Com as terras raras, existe a possibilidade de construir uma trajetória diferente, mas isso exige planejamento público, infraestrutura, tecnologia e compromissos empresariais verificáveis.

A pergunta, portanto, não é apenas quanto vale o minério sob o solo mineiro. É quanto conhecimento, renda, empregos e capacidade produtiva permanecerão no território depois que ele for extraído. O Projeto Caldeira pode representar um passo nessa direção. Para que a promessa se concretize, porém, será necessário transformar a intenção de industrializar em contratos, instalações e produção efetiva em Minas Gerais.



Soluções ambientais para o seu negócio

- Georreferenciamento e regularização fundiária
- ITR, CCIR E CAR
- Licenciamento e regularização ambiental
- Outorga de recursos hídricos
- Compra e venda de imóveis rurais
- Compensação e ativos ambientais



Agenda ESG na S&S Transporte: sustentabilidade como estratégia de negócios

Empresa de Conceição do Mato Dentro integra o Pacto Global da ONU e associa responsabilidade ambiental, compromisso social e governança à atuação no setor de transportes e na cadeia da mineração

A sustentabilidade corporativa deixou de ser apenas uma pauta ambiental para ocupar espaço nas decisões estratégicas das empresas. Na mineração, setor que mobiliza uma extensa cadeia de fornecedores e exige atenção crescente aos impactos sociais e ambientais, práticas de ESG — sigla em inglês para ambiental, social e governança — também podem representar um diferencial na qualificação de parceiros comerciais. É nesse contexto que a S&S Transporte Expresso, fundada em 2011, em Conceição do Mato Dentro, estrutura seu compromisso com uma atuação empresarial responsável.

A empresa participa do Pacto Global das Nações Unidas, iniciativa que mobiliza organizações em torno de dez princípios universais relacionados aos direitos humanos, às relações de trabalho, ao meio ambiente e ao combate à corrupção. A adesão pressupõe o compromisso de incorporar esses princípios à estratégia e às operações, além de comunicar periodicamente os avanços alcançados. Mais do que uma declaração de intenções, o desafio está em transformar compromissos em práticas verificáveis e resultados concretos. Para Giselle Scucato, CEO da S&S Transporte Expresso, essa agenda também precisa ser reconhecida como parte da contribuição das empresas para o desenvolvimento dos municípios onde atuam. Em conversa sobre o tema, ela destacou

a importância de ampliar a percepção do mercado sobre o significado da participação de uma empresa local no Pacto Global, especialmente nas relações com grandes companhias e seus fornecedores.

A avaliação da executiva é que o compromisso socioambiental pode fortalecer a apresentação institucional da S&S em processos de contratação, licitações e qualificação de fornecedores. Embora a adesão ao Pacto Global não assegure contratos nem substitua os requisitos técnicos, legais e comerciais exigidos pelos clientes, ela sinaliza disposição para alinhar a gestão empresarial a referências internacionais de sustentabilidade e transparência.

Da preservação ambiental à responsabilidade social

Na dimensão ambiental, a S&S informa, em seu site oficial, que mantém preservados 47% de uma área de 53 mil metros quadrados, destinada à recuperação da biodiversidade e à neutralização das emissões de dióxido de carbono (CO₂). A iniciativa integra o conjunto de ações que a empresa associa à compensação ambiental.

No transporte rodoviário, a sustentabilidade também passa por medidas capazes de reduzir os impactos da operação. A renovação da frota, apontada pela empresa como uma prática permanente, busca melhorar a eficiência e reduzir a emissão de poluentes. O desafio do setor inclui ainda o

consumo de combustíveis, a manutenção dos veículos, a gestão de pneus e resíduos e a busca por rotas e processos mais eficientes.

O pilar social, por sua vez, aparece na proposta de geração de emprego e renda local. Desde sua origem em Conceição do Mato Dentro, a S&S desenvolveu atividades ligadas ao atendimento de empresas de mineração e suas contratadas, ampliou a atuação para outras localidades de Minas Gerais e passou a oferecer serviços de transporte de cargas e encomendas em âmbito nacional.

Essa trajetória conecta a atividade empresarial à dinâmica econômica regional e à circulação de bens necessários ao funcionamento de diferentes setores. A valorização do capital humano, o respeito à diversidade e a construção de relações éticas também integram os valores declarados pela companhia. Já a governança envolve princípios como transparência, integridade, responsabilidade nas decisões e respeito aos compromissos assumidos com clientes, colaboradores, parceiros e sociedade.

Agenda 2030: compromissos que precisam chegar à prática

O Pacto Global mantém conexão direta com a Agenda 2030 da ONU, plano internacional aprovado em 2015 que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. O conjunto abrange temas como erradicação da

pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, trabalho decente, inovação, redução das desigualdades, consumo responsável, ação climática, proteção dos ecossistemas e fortalecimento das instituições.

Para empresas de transporte, alguns desses objetivos encontram relação direta com a atividade: o ODS 8, sobre trabalho decente e crescimento econômico; o ODS 9, voltado à infraestrutura, à indústria e à inovação; o ODS 12, sobre consumo e produção responsáveis; o ODS 13, dedicado à ação contra a mudança global do clima; e o ODS 16, que trata de paz, justiça e instituições eficazes. O ODS 5, sobre igualdade de gênero, e o ODS 10, sobre redução das desigualdades, também oferecem referências para políticas de inclusão e valorização das pessoas.

Ao colocar o ESG no centro da discussão sobre seu posicionamento no mercado, a S&S Transporte Expresso aproxima uma agenda global da realidade de uma empresa com raízes em Conceição do Mato Dentro. O movimento também amplia o debate sobre o papel dos fornecedores no desenvolvimento sustentável da mineração. Para a companhia, o desafio é fazer com que responsabilidade ambiental, compromisso social e governança sejam reconhecidos não apenas como valores institucionais, mas como componentes permanentes da gestão e da competitividade empresarial.

S&S TRANSPORTE EXPRESSO

Mais que transporte, um compromisso com o futuro.

ESG Ambiental, Social e Governança

AMBIENTAL
Preservação de áreas naturais, gestão de emissões e renovação da frota.

SOCIAL
Geração de empregos, valorização das pessoas e desenvolvimento das comunidades.

GOVERNANÇA
Ética, transparência, integridade e gestão responsável.

Juntos por uma mineração mais sustentável e um futuro melhor.

17 ODS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pacto Global Rede Brasil
Signatária do Pacto Global da ONU, alinhada à Agenda 2030 e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como contratar a S&S Transporte Expresso

Telefone
(31) 3868-2042

E-mail
sac@sslog.com.br

Matriz
Rua Dr. José Chiab, 214
Barro Vermelho
Conceição do Mato Dentro/MG

Filial
Av. César Augusto Faria Simões, 109
Jardim Riacho das Pedras
Contagem/MG

Atendimento
Segunda a sexta-feira
Das 8h às 17h

Conceição do Mato Dentro:

Resultado das urnas confirma força política de Otacilinho

Com votações expressivas para candidatos apoiados pelo seu grupo, prefeito amplia rede de articulação em Minas e em Brasília

As Eleições de 2026 produziram, em Conceição do Mato Dentro, um resultado que ultrapassa a votação individual dos candidatos. Para o grupo político liderado pelo prefeito Otacílio Neto Costa Mattos, a disputa funcionou como uma demonstração de força eleitoral e de capacidade de articulação em diferentes níveis de poder.

A síntese escolhida pelo próprio prefeito veio logo após a apuração: “Conceição apoiou quem apoia Conceição.” E os números ajudam a explicar a afirmação.

Na disputa pelo Senado, Marília Campos (PT) foi a candidata mais votada no município, com 6.835 votos, ou 31,26% dos votos válidos, e foi eleita para uma das duas vagas de Minas Gerais. Na primeira suplência ficou Luciana Costa (PSB), mãe do prefeito Otacilinho e liderança diretamente ligada à cidade. O resultado tem peso simbólico e político. Pela primeira vez, uma liderança da terra passa a ocupar a primeira suplência de uma senadora eleita, ampliando a possibilidade de interlocução de Conceição com o Senado Federal.

Na Assembleia Legislativa, a demonstração de força foi ainda mais evidente. Betinho Pinto Coelho (União Brasil) recebeu

4.612 votos em Conceição, equivalentes a 38,37% dos votos válidos, e foi eleito deputado estadual com 79.539 votos em todo o Estado.

Foi a maior votação municipal de Betinho entre os resultados que marcaram sua eleição e, segundo o próprio Otacílio, uma votação histórica para um candidato a deputado estadual no município. “Betinho teve a maior votação da história de um deputado estadual eleito aqui em Conceição do Mato Dentro”, afirmou o prefeito.

O desempenho mostra a capacidade do grupo de concentrar votos em um candidato escolhido como aliado. Mais do que uma vitória individual, o resultado oferece uma medida concreta da capacidade de mobilização política da atual administração.

Três deputados federais eleitos

Na disputa para a Câmara dos Deputados, a estratégia também produziu resultados, embora de forma mais pulverizada. Entre os nomes apresentados pelo prefeito como aliados, Pinheirinho, Miguel Ângelo e Diego Andrade foram eleitos deputados federais. Em Conceição, eles receberam, respectivamente, 1.421, 450 e 323 votos. Pinheirinho teve 151.981 votos em Minas Gerais; Miguel

Ângelo, 110.124; e Diego Andrade, 109.445. Outro nome destacado pelo prefeito foi Kátia Dias, que recebeu 1.925 votos em Conceição, segunda maior votação entre os candidatos a deputado federal no município, mas não conquistou uma cadeira na Câmara. Em Minas, terminou com 41.840 votos.

O conjunto dos resultados é politicamente significativo. O grupo de Otacílio não apostou em apenas uma legenda ou em um único nome. A rede construída para 2026 reuniu candidatos de diferentes partidos e campos políticos, entre eles PT, PSB, União Brasil, PPe PSD.

Essa característica revela uma estratégia essencialmente pragmática: construir pontes com diferentes forças capazes de representar os interesses de Conceição nas esferas estadual e federal.

Uma cidade pequena, mas com agenda de Estado

A estratégia ganha relevância quando considerada a dimensão econômica de Conceição do Mato Dentro.

O município tem pouco mais de 24 mil habitantes, mas exerce um peso econômico muito superior ao seu tamanho populacional. A

mineração ocupa posição central nessa realidade, com impacto sobre arrecadação, emprego, infraestrutura e desenvolvimento local.

Em 2025, Conceição esteve entre os municípios brasileiros que receberam os maiores repasses da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). A atividade também coloca a cidade no centro de discussões que ultrapassam os limites municipais: licenciamento ambiental, infraestrutura, royalties, investimentos, legislação mineral, segurança e diversificação econômica. Nesse cenário, a capacidade de interlocução com Belo Horizonte e Brasília tem importância estratégica.

É justamente essa perspectiva que aparece na avaliação de Otacílio sobre o resultado eleitoral. Segundo ele, a nova composição política permitirá “mais força, diálogo e articulação em Minas e em Brasília”, com o objetivo de abrir portas, buscar recursos e transformar o apoio eleitoral em conquistas para Conceição.

Da urna para a entrega

Otacílio chegou às eleições de 2026 respaldado por uma vitória expressiva nas eleições municipais de 2024. Candidato à reeleição,



foi escolhido por 70,98% dos eleitores, com 10.024 votos. Dois anos depois, os resultados obtidos por seus aliados mostram que essa base não se restringe à eleição municipal.

O prefeito conseguiu apresentar ao eleitorado uma série de candidatos para diferentes cargos e, em maior ou menor grau, obteve votações relevantes para todos eles. O resultado mais emblemático talvez esteja justamente na combinação: uma senadora eleita, uma primeira suplente de Conceição, um deputado estadual com votação excepcional no município e três deputados federais eleitos. O desafio agora é transformar essa rede eleitoral em capital institucional. O próprio

Otacilinho reconhece isso ao afirmar que o resultado “não termina nas urnas”, mas representa o início de uma nova etapa.

Para Conceição do Mato Dentro, essa etapa será acompanhada de perto. A cidade possui demandas que exigem articulação permanente com os governos estadual e federal e, principalmente, capacidade de transformar relações políticas em investimentos, infraestrutura, serviços e novas oportunidades de desenvolvimento.

As urnas de 2026 deram a Otacílio uma demonstração concreta de força. Agora começa a parte prática: fazer essa força política chegar à cidade na forma de resultados.



Ato de campanha no centro histórico de Conceição do Mato Dentro



Betinho Pinto Coelho (centro) recebeu 4.612 votos em Conceição do Mato Dentro, 38,37% dos votos válidos para deputado estadual



Otacílio ao lado de Marília Campos e Luciana Costa durante carreta da campanha ao Senado em Conceição do Mato Dentro



Kátia Dias obteve a segunda maior votação entre os candidatos a deputado federal no município - Foto - Divulgação



Cerca de 500 pessoas capacitadas para o turismo de base comunitária.

Isis Machado,
coordenadora de
Impacto Sustentável

Essa é a história que nos une.

Ao lado da Associação Rota das 10 Cachoeiras, apoiamos iniciativas que fortalecem a gestão da rota e impulsionam o desenvolvimento da região de Conceição do Mato Dentro.

Beth Diana, presidente
da Associação
Rota das 10 Cachoeiras



Venha se inspirar com a Beth Diana, presidente da Associação.

vestibular 2027
MEDICINA

PROVA
28.11

O Centro Universitário Funcesi está com inscrições abertas para o seu quinto Vestibular de Medicina. O curso é uma oportunidade para quem deseja transformar a vocação de cuidar de pessoas em uma carreira de sucesso.

São 30 vagas destinadas ao ingresso pela nota do Enem e outras 36 por meio de prova presencial, marcada para o dia 28 de novembro.

Dê o primeiro passo rumo ao seu futuro na Medicina. Inscreva-se e venha fazer parte da Funcesi!

INSCREVA-SE JÁ

MEDICINA.FUNCESI.BR



CENTRO UNIVERSITÁRIO
FUNCESI